

O FASCISMO DEPENDENTE NA CONJUNTURA DE 1964 E 2018: “nova direita” ou nova roupagem da velha extrema-direita brasileira

Dependent fascism in the conjuncture of 1964 and 2018: “new right” or new clothes of the old Brazilian extreme right

Itamá Winicius do Nascimento Silva*

RESUMO

Buscando contrapor-se ao conceito de “nova direita”, este trabalho busca analisar as semelhanças ideológicas entre a extrema-direita de 1964 e a de 2018. Reunindo contribuições da sociologia política e da história comparada, defendendo a tese de que a extrema-direita protagonista do golpe civil-militar de 1964 e a responsável pela vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018 são, na verdade, representações de um mesmo fenômeno: o fascismo dependente, conceito trabalhado pelos teóricos marxistas da dependência e que tem grande utilidade no entendimento do avanço periódico da extrema-direita na América Latina. Respeitando as pequenas diferenças, por estarem localizadas em conjunturas diferentes, ambas compartilham elementos ou bases ideológicas como: o anticomunismo, as *fake news*, o discurso de ódio, o alinhamento aos interesses norte-americanos, o conservadorismo religioso; o combate a governos progressistas etc. Ao fim e ao cabo, ambas representam reações autoritárias e à direita ao aguçamento da luta de classes e a incapacidade dos governos reformistas de aprofundarem o processo de superação do subdesenvolvimento.

Palavras-chave: Extrema-direita; Fascismo Dependente; Bolsonarização; Brasil.

ABSTRACT

Seeking to oppose the concept of the “new right”, this work seeks to analyze the ideological similarities between the extreme right of 1964 and that of 2018. Bringing together contributions from political sociology and late history, defending the thesis that the extreme right protagonist of the civil-military coup of 1964 and responsible for the electoral victory of Jair Bolsonaro in 2018 are, in fact, representations of the same phenomenon: dependent fascism, a concept worked on by the Marxist theorists of dependence and which is very important in understanding the periodic advance of the extreme right in Latin America. Respecting the small differences, because they were located in different contexts, both encouraged elements or ideological bases such as: anti-communism, fake news, hate speech, alignment with US interests, religious conservatism; the fight against the progressive government, etc.

Keywords: Far right; Dependent Fascism; Bolsonarization; Brazil.

* Graduado em Ciências Sociais/Licenciatura pela UFPE, Mestre em Sociologia pelo PPGS/UFPE e Doutorando em Sociologia pela mesma instituição. Áreas de Interesse: Sociologia do Futebol, Sociologia Política e Pensamento Social Brasileiro. Correio eletrônico: itama.nascimento@ufpe.br

1. INTRODUÇÃO

Buscando reunir preceitos marxistas com contemporâneas reflexões da sociologia política sobre o fenômeno do bolsonarismo, anseio apontar neste artigo as semelhanças ideológicas entre a extrema-direita de 1964 e a de 2018. Com isso, me afasto de concepções como a noção de “nova direita”, apesar de reconhecer diferenças residuais entre esses atores políticos. Existe uma linha de continuidade, principalmente ideológica, entre a extrema-direita que golpeou João Goulart e a atual; protagonista do golpe contra Dilma Rousseff e seguida vitória eleitoral de Jair Bolsonaro. Dentre as semelhanças, podemos citar recorrências variadas e centrais na construção das narrativas que deram a extrema-direita a oportunidade de alcançar o poder político.

A título de recorte e visando uma comparação histórica entre os contextos de 1964 e 2018, foco em elementos como: a) o anticomunismo, visto em 1964 pela ameaça soviética e cubana e em 2018 pela ameaça chinesa (potencializada na atual conjuntura pandêmica) mas também cubana e venezuelana; b) o conservadorismo religioso, visto em 1964 através da participação da Igreja Católica e em 2018 pelo engajamento evangélico; c) as *fake news*, visto em 1964 através dos veículos impressos e em 2018 pelos ambientes virtuais como as redes sociais; d) o alinhamento aos interesses norte-americanos, tendo os Estados Unidos (EUA) grande prestígio frente esses setores políticos, tanto em 1964 como em 2018; e) e o combate a governos de cunho popular e progressista, como eram os governos Jango e Dilma. Tais elementos foram construídos com base numa reflexão teórico-metodológica que, respeitando o princípio da interdisciplinariedade, articula o conhecimento sociológico com ferramentas de outros campos do conhecimento. No caso, o campo histórico.

Assim sendo, a comparação histórica proposta neste artigo, interliga discussões pertinentes a sociologia política (como o conceito de fascismo, as intervenções políticas estrangeiras sobre a periferia do capitalismo e os processos políticos que desembocam numa erosão da democracia) com ferramentas utilizadas por historiadores (e também por cientistas sociais). A ferramenta aqui utilizada é a chamada História Comparada, debatida por autores clássicos estrangeiros como Marc Bloch e por pesquisadores nacionais contemporâneos, caso do historiador José D’Assunção Barros (2007, 2009 e 2014). Acredito que tal interligação e/ou conexão é coerente com os objetivos teóricos do artigo, tendo em vista que se trata de um complexo (e reduzido, diante das próprias limitações de um artigo) paralelo entre duas conjunturas que, contendo semelhanças e diferenças, resultaram na queda de governos considerados progressistas e populares, dando palco para experiências políticas autoritárias e de extrema-direita.

Segundo Barros (2007), a História Comparada se preocupa em responder questionamentos como “o que observar?” e “como observar”. No primeiro caso, se buscou observar as conjunturas

referentes a 1964 e 2018, com atenção para as semelhanças entre os dois contextos apesar de reconhecer que existiram mudanças. Tentando entender o fenômeno contemporâneo do bolsonarismo, se parte de referências do passado e busca-se identificar semelhanças sem, contudo, desconsiderar a existência de alteridades. Como afirma o próprio Barros:

A comparação neste momento – diante do desafio ou da necessidade – impõe-se como método. Trata-se de iluminar um objeto ou situação a partir de outro, mais conhecido, de modo que o espírito que aprofunda esta prática comparativa dispõe-se a fazer analogias, a identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades, a perceber variações de um mesmo modelo (2007, p. 10).

O “outro” e o “mais conhecido” aqui é a conjuntura e os processos políticos que culminaram no golpe civil-militar em 1964 e o que se busca iluminar é a atualidade do bolsonarismo. E, como dito acima, o enfoque principal são as semelhanças do fascismo dependente diante dos dois contextos. Semelhanças que fazem o bolsonarismo atual rememorar e reivindicar os militares de 1964. Trata-se, em suma, de “um método próprio que oferece àquele que a utiliza determinadas potencialidades e certos limites, forçando-o antes de mais nada a definir o que pode e o que não pode ser comparado” (BARROS, 2007, p. 11).

Por tão arriscado exercício, reconheço que a comparação histórica proposta e os elementos formulados contêm potencialidades (já que, de fato, são elementos que se encontram nas duas conjunturas), mas também carrega consigo limites que podem desaguar em questionamentos sobre o porquê a utilização de tais elementos e não de outros. São riscos e limites do próprio método utilizado. Já o segundo caso, o apoio dado pelas reflexões da sociologia política, principalmente por intermédio de clássicos nacionais como Florestan Fernandes e Theotônio dos Santos; auxiliam a como enxergar essa comparação histórica. Em suma, foi tentando identificar e estabelecer semelhanças históricas e sociológicas entre tais conjunturas que cheguei na formulação desses elementos. A análise histórica comparada me permitiu tal realização, sem nunca querer tomar tais elementos como respostas únicas e estabelecidas, mas sim tomando como bases teóricas para se entender melhor as semelhanças do fascismo dependente nas duas conjunturas analisadas.

Feita essa observação, vale lembrar que o discurso de ódio está presente, explícita ou implicitamente, em todos esses elementos. Se em 1964 o discurso odioso se concentrou no modelo tradicional de militante social; 54 anos depois o ódio se voltou contra as chamadas minorias sociais que passaram a ganhar protagonismo dentro do que chamamos por “nova esquerda”. A essência odiosa permanece a mesma, sendo as vítimas ajustadas as transformações internas ocorridas dentro da esquerda brasileira. Ou seja, as mudanças ocorridas na extrema-direita brasileira foram condicionadas pelas transformações da esquerda no âmbito nacional. Isso ocorre, porque:

Estamos diante de uma tendência política que não tem em seu centro questões programáticas ou propositivas, mas é construída a partir da negação: o movimento não é apenas antipetista mas apartidário; não apenas antipartidário mas antissistêmico. O que efetivamente se pretende construir a partir daí não fica muito claro. É a política dos antagonismos. A rejeição de alteridades se tornou uma força eleitoral irresistível (SOLANO, 2019, p. 11).

A construção de um programa político definido é substituída ou sufocada pela negação do outro, no caso, da esquerda e de suas propostas. Mas quais as mudanças dentro da esquerda brasileira que vieram a repercutir na extrema-direita? Observamos a transformação de um modelo tradicional de esquerda, visto em 1964, concentrado em debates econômicos e em temas como desenvolvimento, subdesenvolvimento, imperialismo, capital-trabalho; para um modelo não tradicional, visto em 2018, em que os antigos debates econômicos são secundarizados e em seu lugar surgem com força as questões culturais envolvendo as chamadas minorias sociais (negros, mulheres, LGBTQIA+, etc). Em suma, a antiga preocupação com a relação capital-trabalho é substituída intelectual e politicamente pela questão identitária. Essas mudanças repercutem, conseqüentemente, na organização política da esquerda que, outrora fortalecida através de partidos e sindicatos, passa a ter uma atuação mais descentralizada. No âmbito intelectual e político, tais mudanças podem ser vistas sob o seguinte prisma:

O rechaço às periodizações, às interpretações globais e à primazia das análises econômico-sociais deu lugar à análise do discurso, do cotidiano, das mentalidades e ao predomínio dos estudos culturais. Ao mesmo tempo, do ponto de vista político, configurou-se a crítica ao socialismo real, a reação às revelações de Kruschov, a adesão ao maoísmo e, um pouco mais tarde, o alinhamento com o eurocomunismo. [...] Influenciada pelo eurocomunismo e pela rejeição ao autoritarismo soviético, uma parte da intelectualidade brasileira e latino-americana também se afastou do materialismo histórico e procurou limitar o predomínio que o marxismo desfrutava anteriormente nos meios universitários das humanidades e ciências sociais (WASSERMAN, 2017, p. 170-1).

Este é, basicamente, o cenário panorâmico que permitiu a mudança da esquerda brasileira. Não podemos nos esquecer que essas mudanças, respondem a transformações político-econômicas do sistema capitalista em fins do século XX, pontuadas por David Harvey (1992). A esquerda muda porque o próprio capitalismo se transforma, passando do modelo fordista-keynesiano (visto no Brasil de 1930 ao fim da Ditadura Militar, tendo neste período o Estado importante participação na economia) para a acumulação flexível (visto a partir do governo Fernando Collor de Melo, o primeiro a buscar atender a nova agenda neoliberal que teve nos governos de Augusto Pinochet no Chile, Margaret Thatcher na Grã-Bretanha e Ronald Reagan nos EUA seus primeiros experimentos). Com isso, a classe trabalhadora se transforma exigindo de partidos e organizações de esquerda inovações

teóricas, metodológicas e políticas. A “nova esquerda” surge em contraposição as antigas práticas da “velha esquerda”, predominante durante o período fordista-keynesiano. O enfraquecimento desse modelo fordista-keynesiano, gerando uma crise no modelo tradicional de esquerda, pode ser assim resumido:

As lutas trabalhistas não desapareceram, pois os sindicatos muitas vezes eram forçados a responder a insatisfações das bases. Mas os sindicatos também se viram cada vez mais atacados a partir de fora, pelas minorias excluídas, pelas mulheres e pelos desprivilegiados. Na medida que serviam aos interesses estreitos de seus membros e abandonavam preocupações socialistas mais radicais, os sindicatos corriam o risco de ser reduzidos, diante da opinião pública, a grupos de interesse fragmentados que buscavam servir a si mesmos, e não a objetivos gerais (HARVEY, 1992, p. 133).

Mulheres e demais grupos desprivilegiados, como os negros, começaram a buscar protagonismo frente a um modelo que beneficiava em sua maioria homens brancos. Aliada as inovações teóricas, metodológicas e políticas surgem intelectuais e políticos de esquerda preocupados em pensar sobre a situação dessas minorias sociais e de suas identidades ameaçadas. Esse processo que se inicia na Europa, repercutiu em outras regiões do globo. Na América Latina, esse modelo fordista-keynesiano pensado por Harvey pode ser visto hipoteticamente durante a expansão das substituições de importações que o continente sofreu nas primeiras décadas do século XX. Segundo Vânia Bambirra, essa expansão ocorreu: “Em especial, os momentos em que a economia mundial teve que se rearticular – seja em função da guerra europeia entre 1914 e 1918, seja em função da crise econômica, em particular aquela em 1929 – suscitaram circunstâncias favoráveis para a intensificação de tal processo” (BAMBIRRA, 2019, p. 55). Foi durante este processo que países como o Brasil encontraram expressivo desenvolvimento industrial, favorecendo a formação de organizações e partidos de esquerda centrados no modelo tradicional. O Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado em 1945, são resultados dessa conjuntura.

A partir das mudanças ocorridas durante a formação e desenvolvimento da acumulação flexível, as inspirações ideológicas da esquerda mudam, afetando diretamente a extrema-direita. Acumulação flexível, globalização, fortalecimento da agenda neoliberal, desenvolvimento da internet, avanço do processo de desindustrialização em alguns países, protagonismo das minorias sociais no âmbito político e intelectual são alguns pontos que conjuntamente contribuíram para esse processo. Em suma, é a perda de um “sentido de si” estável, apontado por Stuart Hall (2006), gerando uma crise de identidade e a formação de identidades múltiplas e plurais que descentralizam o sujeito. É claro que diante desta efervescência, as inspirações ideológicas de diversos espectros políticos iriam

se transformar. Porém, apesar de reconhecer diferenças residuais entre a extrema-direita dos anos 1960 e a que protagonizou a subida de Bolsonaro ao poder, acredito que existe uma continuidade na ideologia desses atores.

Além do mais, diversas dessas mudanças que muitos autores como Manuel Castells (2018) e Esther Solano (2019) apontam como definidoras de uma “nova direita”, são na verdade modificações em resposta às transformações da própria esquerda. Por exemplo, se na conjuntura do golpe civil-militar de 1964 o discurso de ódio e as *fake news* se direcionaram para trabalhadores sem-terra ou sindicalizados urbanos, atualmente se voltam contra as minorias sociais que passaram a ter uma atenção maior de intelectuais e organizações de esquerda. Isso não significa que os trabalhadores sem-terra e sindicalizados urbanos tenham sido esquecidos pela extrema-direita, que permanece nutrindo ódio contra esses grupos, vide a criminalização de organizações como os sindicatos e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Ou seja, a mudança e a novidade destacada carregam uma forte continuidade que muitas vezes é esquecida na tentativa de se colocar como criador de novas teorias e concepções.

O que tento apontar neste trabalho são justamente essas continuidades, tomando como recorte as inspirações ideológicas e ações da extrema-direita em 1964 e 2018. Assim como o movimento civil-militar que originou o golpe contra Jango, o bolsonarismo representa uma nova roupagem do fascismo dependente, característico de países latino-americanos e subdesenvolvidos como o Brasil. Para tanto, o trabalho se encaixa em uma espécie de artigo de revisão em que apresento um exame aprofundado sobre o tema, via pesquisa bibliográfica, com o propósito de estabelecer um debate entre as ideias dos autores pesquisados e as minhas reflexões. Em suma, trata-se de uma síntese crítica de variados conhecimentos disponíveis sobre o tema, articulando análise e interpretação de dados bibliográficos. Dessa forma, “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras (MARCONI; LAKATOS, p. 57, 2003).

Reforço à tese de que em um artigo de revisão, deve-se ter “tanto obras que apoiem o caminho proposto pelo pesquisador, funcionando como uma base a partir da qual ele se erguerá para enxergar mais longe, como também obras às quais o pesquisador pretende se contrapor” (BARROS, p. 104, 2009). Isso explica as razões de autoras como Esther Solano aparecerem ambientando o cenário político de 2018, mas ao mesmo tempo ser realizada uma crítica às noções de “nova direita” que ela acaba endossando. Feito tais esclarecimentos metodológicos e teóricos, encerro esta introdução perfazendo o trajeto que será realizado no artigo proposto. Na primeira parte do artigo, visio discutir o conceito de fascismo e sua representação na América Latina: o fascismo dependente, defendido por

Theotônio dos Santos. Após debater sobre o fascismo e suas variações, rumo para uma história comparada que tem como objetivo analisar as principais características da extrema-direita nos dois contextos em questão, destacando suas semelhanças. Em suma, a inspiração bolsonarista na Ditadura Militar não é à toa, pois existe uma ligação ideológica consistente entre esses atores políticos, demonstrando mais uma questão estrutural da dependência latino-americana do que o surgimento de uma “nova direita” no país.

2. GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 E O BOLSONARISMO: DUAS EXPRESSÕES DO FASCISMO DEPENDENTE

Afinal, o que é fascismo e quais suas expressões fora do modelo clássico? Segundo Leandro Konder (2009), o fascismo clássico que surgiu na Europa tem as seguintes características gerais: a) é uma tendência política surgida na fase imperialista do capitalismo, buscando fortalecer um capitalismo monopolista de Estado que permita a fusão entre capital bancário e industrial, formando o capital financeiro; b) socialmente conservador e reacionário, misturando mitos irracionalistas com procedimentos modernos para fins manipulatórios; c) politicamente se mostra antidemocrático, antiliberal, anticomunista e nacionalista chauvinista. No caso alemão, o antissemitismo também foi um componente significativo. Segundo Florestan Fernandes, o fascismo tem como característica o “uso do poder político estatal para evitar ou impedir a transição para o socialismo, na tecnocratização e militarização das “funções formais” do Estado capitalista, em uma era na qual ele se converte no “braço político armado” da grande empresa corporativa e na retaguarda de um sistema mundial de poder burguês” (FERNANDES, 2015, p. 33-4).

Em suma, o fascismo em sua forma original encontra-se inserido na extrema-direita, evitando o avanço do socialismo e enfraquecendo a democracia burguesa com o intuito de implantar uma ditadura (podendo esta ser militar ou não) que, na prática, busca proteger o capitalismo em crise. Mas qual o conteúdo de classes do fascismo? De acordo com Santos:

O movimento fascista em geral surge em meios pequeno-burgueses, do lumpemproletariado e dos setores da oligarquia latifundiária. Enquanto permanece restrito a estes setores, geralmente tem uma vida vegetativa, financiamento escasso e tendências ideológicas ao mesmo tempo anticapitalistas e anticomunistas. O fascismo somente se converte em uma força capaz de chegar ao poder e nele permanecer quando atrai o interesse e o apoio do grande capital. O apoio surge quando esse setor necessita dos grupos fascistas para enfrentar o comunismo ou a revolução popular (SANTOS, 2018, p. 87).

A vida vegetativa do fascismo no Brasil, pode ser vista na trajetória política da Ação Integralista Brasileira (AIB); fundada em 1932, ela é extinta em 1937 após organizar um levante contra o presidente Getúlio Vargas. Fortemente influenciada pelo fascismo italiano e alemão, a AIB teve uma vida vegetativa por não conseguir a adesão do grande capital a sua plataforma política. A própria tentativa de golpe contra Vargas foi uma resposta a esse grande capital, que preferiu apoiar a ditadura do Estado Novo. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, os membros da AIB se reuniram em torno do Partido de Representação Popular (PRP). Apesar de sempre presente no Congresso Nacional, o PRP nunca conseguiu interferir diretamente nos processos políticos dos anos 1950 e 1960. Apesar disso, deu apoio ao golpe civil-militar e após ser extinto pelo AI-2 em 1965, transferiu-se rapidamente e sem maiores transtornos para a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Enfim, o movimento fascista só consegue galgar o poder político quando se alia ao grande capital, visando reduzir o acirramento da luta de classes.

Antes de entrar na definição de fascismo dependente, enquadrando a extrema-direita brasileira de 1964 e a de 2018, vale lembrar um recorrente equívoco quando se estuda o fenômeno fascista. Segundo uma perspectiva historicista radical, tendo como um de seus representantes Emilio Gentile (2019), o conceito de fascismo seria específico da realidade europeia (italiana e alemã em particular) do início do século XX. Logo, seria considerado um erro transpor este conceito para outros países e continentes. Desta forma, se secundariza outras experiências fascistas na própria Europa, como a espanhola e a portuguesa. A principal consequência desta perspectiva, pode ser assim resumida:

A consequência disso é que uma forma de fascismo de menor refinamento ideológico, que envolve menor “orquestração de massa” e um aparato de propaganda mais rudimentar, mas que se baseia fundamentalmente na monopolização de classe do poder estatal e em uma modalidade de “totalitarismo de classe”, não seja bem conhecido sociologicamente (FERNANDES, 2015, p. 34-5).

Se partíssemos desta concepção, não seria possível analisar o golpe civil-militar de 1964 e o bolsonarismo vitorioso de 2018 como expressões diferenciadas do fenômeno fascista na realidade brasileira. Sendo assim, fugindo desta perspectiva, utilizo o conceito de fascismo da seguinte forma:

O que cabe argumentar é que, do mesmo modo que generalizamos quando elaboramos e utilizamos o conceito de democracia, ditadura, monarquia, república e outros conceitos da Ciência Política, devemos também generalizar quando elaboramos e utilizamos o conceito de fascismo, que é um movimento político reacionário das camadas intermediárias da sociedade capitalista e um tipo específico de ditadura burguesa (BOITO JR, 2020, p. 113).

Dito isto, vamos para a análise do fascismo na América Latina. Segundo Fernandes (2015), o fascismo latino-americano tem duas características gerais: a) ele é contrário a revoluções por dentro da ordem, ou seja, se posiciona contra processos que levem a uma democratização e autonomização econômica; b) e ele é contrário a revoluções contra a ordem, ou seja, se posiciona contrariamente ao movimento socialista que deseja construir um sistema alternativo ao capitalismo. Empiricamente falando, o fascismo latino-americano se mostra inimigo do movimento comunista e de movimentos que buscam desenvolver um tipo de capitalismo mais democrático e autônomo. Falando do Brasil em particular, o fascismo expressa seu ódio tanto ao comunismo pecebista como ao trabalhismo petebista. Luís Carlos Prestes, Getúlio Vargas ou João Goulart, tomando a conjuntura dos anos 1950 e 1960, são vistos como ameaças a serem duplamente combatidas. Não é à toa que, visando desconstruir governos progressistas que estão no poder, os fascistas latino-americanos tendem a igualar essas lideranças aos comunistas. Foi assim com Jango em 1964 e Dilma em 2016. Também foi igualando o Partido dos Trabalhadores (PT) ao comunismo que Bolsonaro construiu sua trajetória rumo à vitória eleitoral em 2018.

Isso ocorre porque, a perspectiva revolucionária e a reformista, visam cada uma a seu modo enfrentar as mazelas que mantêm o país preso ao subdesenvolvimento e a dependência. Como defensores da ordem burguesa, principalmente dos interesses do grande capital visto acima, o movimento fascista na região se coloca em oposição a mudanças sociais de cunho progressista, democrático e economicamente nacionalista. Mas como o golpe civil-militar de 1964 e o bolsonarismo em 2018 se vinculam ao conceito de fascismo dependente? E mais, o que é fascismo dependente? Encerro essa primeira parte do artigo visando responder a essas duas perguntas. Sobre o conceito de fascismo dependente, ele foi formulado por Theotônio dos Santos com a finalidade de compreender as expressões fascistas na América Latina. Mas por que dependente? Ele é dependente, porque é uma expressão fascista inserida numa realidade marcada pela dependência. O conceito está totalmente vinculado a noção de capitalismo dependente que, significando uma situação particular em que se encontram países considerados subdesenvolvidos, pode ser assim resumido:

Pensar o capitalismo dependente como uma forma de capitalismo particular, no seio do sistema mundial capitalista, obrigou a definir os processos que o determinam em sua reprodução, sendo dois fundamentais a superexploração da força de trabalho e o divórcio no ciclo do capital, os quais integrados com o intercâmbio desigual, enquanto denominador comum das diversas formas de inserção da região no sistema mundial, reproduzem não somente os processos antes assinalados, mas o capitalismo dependente enquanto tal (LUCE, 2018, p. 7).

Por estar inserido numa forma particular de capitalismo, o fascismo dependente tem expressões diferenciadas em comparação ao modelo clássico visto na Itália de Benito Mussolini ou na Alemanha de Adolf Hitler. Segundo Santos (2018), pode-se apontar algumas diferenças entre esses dois modelos como: a) Diferente do modelo clássico, o fascismo dependente chega ao poder mais por uma imposição de cima para baixo (como foi o golpe civil-militar de 1964 e a vitória eleitoral de Bolsonaro, ajudado pela prisão obscura do seu maior adversário antes do pleito) do que através de um partido ou organização de base, como tivemos na Europa através do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães e do Partido Nacional Fascista; b) As expressões do fascismo dependente, por estarem inseridas num país subdesenvolvido, tendem a favorecer mais o capital internacional que o nacional, inclusive, são os primeiros que representam majoritariamente os interesses do grande capital na periferia do capitalismo; c) No fascismo dependente existe uma divisão entre o movimento político fascista em si e o Estado fascista, sendo este último mais ocupado pelos representantes da elite empresarial, militar e tecnocrática do que por aqueles que compõe a base frágil do movimento; d) Em comparação ao modelo clássico italiano e alemão, o fascismo dependente é frágil sob o ponto de vista ideológico e mantém seu poder mais pela força que pela legitimação ideológica.

O primeiro ponto é interessante, pois não tivemos uma participação relevante e/ou ativa de um partido político no golpe civil-militar de 1964 e muito menos na subida de Bolsonaro ao poder. Os militares na conjuntura dos anos de 1960 não representavam um partido ou movimento social específico e apesar do apoio da União Democrática Nacional (UDN), esta sigla foi extinta em 1965, inclusive, junto com partidos que não apoiaram o golpe. Já Bolsonaro se filiou ao Partido Social Liberal (PSL) em março de 2018, com a finalidade única de participar das eleições presidenciais. Apesar da tentativa frustrada de fundar o próprio partido, ele nunca se vinculou diretamente a uma organização durante sua carreira política. Hoje, vale salientar, ele governa o país sem estar filiado a nenhum partido, já que se desfiliou do PSL em novembro de 2019.

Talvez esse ponto ajude a entender a ligação umbilical entre criminalização dos partidos e a defesa da intervenção militar nas expressões ideológicas da extrema-direita nacional. Diferente das expressões clássicas, onde observamos um caráter ofensivo do fascismo por conta da natureza imperialista e expansionista dos países em questão, o fascismo dependente mostra-se defensivo e mais preocupado com a manutenção do poder. Sendo assim: “O fascismo brasileiro por seu caráter defensivo, tende, assim, a sentir-se muito mais representado por uma estrutura burocrática do que por um partido” (SANTOS, 2018, p. 320). O segundo ponto ajuda a entender o porquê a extrema-direita brasileira, tanto em 1964 como em 2018, coloca os EUA como a sua maior referência internacional.

Também não é à toa a participação dos EUA nos dois contextos e, atualmente, a clara aproximação diplomática e ideológica entre os governos Bolsonaro e Donald Trump.

O terceiro e quarto ponto também ajudam na comparação histórica que este trabalho se propõe a realizar. Sobre o terceiro ponto vale notar, por exemplo, que o forte discurso anticorrupção das bases fascistas não entra em sintonia com aqueles que acabam ocupando os principais postos do Estado. Isso ocorre porque não são os representantes dessas bases que estão controlando a máquina estatal, mas sim uma elite empresarial, militar e tecnocrática. Por último e mais importante, o quarto ponto esclarece o principal objetivo deste artigo. Por ter uma expressão ideológica frágil, o fascismo dependente tende a se apegar em narrativas semelhantes nos dois contextos em análise. Diferente do modelo clássico, existiu um envolvimento baixo ou quase nulo de uma intelectualidade que pensasse as bases ideológicas do fascismo dependente. Sobre essa pobreza ideológica do fascismo no Brasil, afirma Santos:

O conteúdo ideológico do fascismo mostra-se bastante limitado e grotesco; a afirmação nacional ocorre através do futebol, do carnaval e da exploração de terras virgens no Amazonas (para entregá-las ao capital estrangeiro, o principal beneficiário desta expansão territorial); a política externa ganha certa independência relativa vinculando-se aos Estados mais repudiados do mundo, como Portugal e África do Sul; o crescimento econômico que o regime apresenta é mais representativo de uma grande aventura econômica do que de um desenvolvimento sólido. É, portanto, um regime cuja euforia se sustenta em uma propaganda capaz de magnificar tudo o que seja inútil e grotesco, pisoteando um povo faminto, explorado e oprimido (SANTOS, 2018, p. 320).

Na citação acima, Santos aponta a fraqueza ideológica do fascismo dependente e sua expressão no Brasil, tomando a Ditadura Militar como exemplo. Acredito que, no geral, o mesmo se repete com o governo Bolsonaro, tirando o crescimento econômico apontado. Vale lembrar que o governo Bolsonaro foi o responsável pela maior queda do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 24 anos¹. Essa queda brusca foi em um cenário pandêmico, porém, antes da crise sanitária o Brasil apresentou em 2019 um crescimento de apenas 1,1% do PIB, sendo o menor em 3 anos². Tirando o fator econômico, os demais pontos vinculados a Ditadura Militar se assemelham ao governo liderado pelo bolsonarismo. Assim como naquela época, o Brasil pós-2018 iniciou uma mudança radical nas relações exteriores colocando como prioridade os EUA de Trump e países autoritários de extrema-

¹ Com pandemia, PIB do Brasil cai 4,1% em 2020, pior queda em 24 anos. **UOL**, 03 mar. de 2021. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/03/03/pib-brasil-2020-ibge.htm>>. Acesso em: 03/04/2021.

² PIB do Brasil cresce 1,1% em 2019, menor avanço em 3 anos. **G1**, 04 mar. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/03/04/pib-do-brasil-cresce-11percent-em-2019.ghtml>>. Acesso: 03/04/2021.

direita, como a Hungria de Viktor Orbán. O próprio Ministro das Relações Exteriores do governo Bolsonaro, chegou a justificar em evento oficial tal postura, orgulhando-se de o país ter se tornado um “pária internacional”³.

O futebol, importante aspecto da vida cultural brasileira, permanece sendo um instrumento a ser utilizado pelo fascismo dependente. Foi assim durante a Ditadura Militar⁴ e no governo Bolsonaro, apesar de hoje os feitos da Seleção Brasileira não representarem mais um sinônimo de triunfo nacional. Como apontam Helal e Gordon (2002), os feitos do selecionado nacional representam uma conquista meramente esportiva, não mais perpassando este universo. Apesar disso, Bolsonaro buscou utilizar a Copa América de 2019, realizada no Brasil, para se promover politicamente. Repetindo o gesto de Emílio Médici, presidente do país quando a Seleção Brasileira se tornou tricampeã mundial, ele levantou o troféu da competição junto com os atletas⁵. De forma mais pitoresca e grotesca que os militares, Bolsonaro também busca utilizar os clubes de futebol para se aproximar da população. Com isso, virou tradição a utilização de variadas camisas durante suas *lives*. Até dezembro de 2020, 81 camisas de times diferentes já tinham sido utilizadas pelo presidente, como aponta o levantamento do UOL Esportes⁶.

Em suma, os exemplos demonstram a permanência dessa fragilidade ideológica do fascismo dependente, tomando como recorte sua manifestação na realidade brasileira em 1964 e 2018. Na segunda parte, viso comparar com mais detalhes as expressões ideológicas da extrema-direita brasileira em 1964 e 2018, baseado nos elementos centrais da narrativa desses atores políticos. Partindo de comparações históricas concretas dessas duas conjunturas, o trabalho instiga refletir sobre as limitações teóricas da noção de “nova direita”.

2.1. “Nova direita” ou nova roupa de uma velha direita?

Nesta última parte, busco, através de uma comparação histórica concreta, apontar as semelhanças ideológicas entre a extrema-direita brasileira de 1964 e a de 2018. Com isso, acredito mais numa nova

³ “Que sejamos pária”, afirma Ernesto Araújo sobre o papel do Brasil no mundo. **Correio Braziliense**, 22 de out. de 2020. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/10/4884035-se-falar-em-liberdade-nos-faz-paria-internacional-que-sejamos-esse-paria-diz-ernesto-araujo.html>>. Acesso: 03/04/2021.

⁴ Ler CHAIM, 2014.

⁵ Entre vaias e aplausos, Jair Bolsonaro participa da cerimônia e segura taça da Copa América. **GE**, 07 de jul. de 2019. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/futebol/selecao-brasileira/noticia/entre-vaias-e-aplausos-jair-bolsonaro-participa-de-cerimonia-de-premiacao-da-copa-america.ghtml>>. Acesso: 03/04/2021.

⁶ Bolsonaro já exibiu 81 camisas de times e usa futebol para se promover. **UOL Esportes**, 26 de dez. de 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/esporte/reportagens-especiais/bolsonaro-ja-exibiu-81-camisas-de-clubes-de-futebol-especialistas-apontam-uso-politico/>>. Acesso: 03/04/2021.

roupa de uma velha direita do que na formação de uma “nova direita”, com ideias e inspirações inovadoras. O historiador Mario Curtis Giordani, aponta três utilidades do estudo da História e o primeiro seria a obtenção do “conhecimento do passado como explicação do presente” (GIORDANI, 1977, p. 22). Em suma, a investigação das bases ideológicas da extrema-direita em 1964, ajuda no entendimento dos processos que levaram ao retorno desses atores políticos em 2018. E mais, nos fornece elementos para entendermos as razões do retorno dessas narrativas que, na verdade, nunca deixaram de existir no seio da sociedade brasileira.

Como apontado na introdução, utilizo alguns elementos que mostram a continuidade de uma narrativa que levou os militares e Bolsonaro ao poder. Esses elementos são: a) o anticomunismo; b) o conservadorismo religioso; c) as *fake news*; d) o alinhamento aos interesses norte-americanos; e) e o combate a governos de cunho popular e progressista. Analiso cada elemento em particular, apontando sua presença nos dois contextos. Por fim, esses elementos são considerados como centrais na construção da narrativa reacionária e conservadora da extrema-direita brasileira, representando a base da frágil expressão ideológica do fascismo dependente no país.

O anticomunismo é uma forte e sempre presente característica do movimento fascista, seja no modelo clássico ou dependente. Como “braço político armado” do grande capital, os fascistas se colocam abertamente contrários ao movimento socialista que anseia a superação do capitalismo e a construção de um novo modelo societário e econômico. Na realidade brasileira, ele se apresenta no combate a um inimigo externo (no caso, os países socialistas) e interno (representantes do movimento socialista, organizados em partidos ou organizações). Na conjuntura de 1964, o anticomunismo se voltou contra a União Soviética e Cuba. Em meio a Guerra Fria, esses atores políticos se colocaram contra qualquer tipo de aproximação diplomática ou parceria econômica entre o Brasil e esses países.

As animosidades da extrema-direita com relação a União Soviética e Cuba, começam ainda no governo Jânio Quadros que em sua política externa adotou uma posição independente e sem submissão a nenhum dos lados em disputa. A recusa em participar da invasão a Cuba em 1961 e a condecoração a Che Guevara no mesmo ano, foram acontecimentos cruciais na queda de Quadros e nas expressões anticomunistas do período. Diante desses acontecimentos e sob influência de uma base anticomunista, assim se expressou o marechal Odílio Denys em comunicado a Quadros referente ao Dia do Soldado:

A ordem do dia, em seguida, afirmava que: “O Brasil segue, assim, em busca de seus gloriosos destinos [...], pelos caminhos da paz, do progresso entre os povos, sem quebra dos compromissos assumidos com as demais nações que vivem em comunhão conosco nos mesmos ideais democráticos e cristãos” (BANDEIRA, 2011, p. 94).

O avanço desse anticomunismo está intimamente ligado a uma conjuntura de Guerra Fria que dividiu o mundo em duas esferas de influência. Analisando o surto anticomunista no Brasil entre os anos de 1961 a 1964, Rodrigo Sá Motta afirma que com “o impacto da Revolução Cubana, a América Latina se viu lançada para o centro da Guerra Fria. Até então a região era considerada teatro secundário pelas duas superpotências em luta, mais preocupadas com Europa, Ásia e África” (MOTTA, 2000, p. 286). Além desses fatores de ordem externa, existiu um relevante fator interno: a tendência ao crescimento das organizações de esquerda. O PCB se recuperava após o polêmico Relatório Kruschov e passava por um intenso processo de “desestalinização”. Por outro lado, inspirados nos acontecimentos em Cuba, outras organizações de esquerda surgiam como a Ação Popular (AP), a Política Operária (POLOP) e as Ligas Camponesas. Diante disso, o início da década de 1960 foi marcado pelo seguinte cenário:

No limiar da década de 1960, as bandeiras esquerdistas começaram a empolgar novos contingentes sociais, para além de intelectuais e ativistas sindicais, tradicionais fornecedores de quadros para os grupos radicais. Militantes católicos leigos e grandes quantidades de líderes estudantis fortaleceram o campo esquerdista, engrossando os movimentos favoráveis a transformações sociais. Em larga medida, o crescimento do apelo das propostas radicais se devia ao impacto da Revolução Cubana, que teve o efeito de estimular a ação tanto de comunistas como de anticomunistas (MOTTA, 2000, p. 288).

Como analisado acima, uma das principais características do fascismo na América Latina é a sua oposição a revoluções dentro ou contra a ordem, posicionando-se desta forma contra o avanço de partidos, organizações e movimentos sociais que defendam a construção de um sistema alternativo. E se os ânimos anticomunistas estavam exaltados com Quadros, impulsionou-se ainda mais diante da subida de Jango ao poder. Isso porque, “Sua presença no comando do país levava os conservadores a imaginar o recrudescimento da “infiltração” comunista, perigo que já haviam identificado e denunciado no governo Kubitschek” (MOTTA, 2000, p. 290). Vale salientar que na conjuntura de 1964 o anticomunismo não atingiu em particular os comunistas que sequer faziam parte do governo Jango (inclusive, o PCB fazia oposição ao petebista), mas se expande para outros espectros políticos. O resultado deste processo é que esse anticomunismo se alia ao antivarguismo em 1964 (Jango era pupilo político de Vargas), desenvolvendo um antiesquerdismo.

Processo semelhante ocorre em 2018, quando o bolsonarismo aciona nostalgicamente o anticomunismo dos tempos de Guerra Fria, mesmo na ausência de uma bipolaridade que colocasse em choque dois sistemas em disputa. No século XXI, a China (maior país socialista do momento)

encontra-se numa disputa comercial com os EUA. Porém, esta disputa tem um teor diferente quando a comparamos com a Guerra Fria. Os comunistas chineses, diferentemente dos soviéticos, buscam expandir suas relações comerciais e não exportar processos revolucionários. Mesmo assim a extrema-direita brasileira resgatou esse anticomunismo anacrônico, demonizando não só a China, como também a Venezuela, Cuba e os governos petistas. Estava criada a fórmula do anticomunismo, criando inimigos externos e internos comprometidos com a implantação do socialismo. Assim como em 1964, o anticomunismo abarcou o sentimento antipetista (substituindo o antivarguismo), desenvolvendo uma forte inclinação antiesquerdista que buscava criminalizar não só o PT como todo um espectro político. Sobre o retorno desse elemento anticomunista em 2018, aponta Esther Solano:

Ao lado da negação da política como atividade coletiva, o antiesquerdismo foi um dos elementos mais explorados pela campanha de Bolsonaro. Um dos fatos mais interessantes no nível simbólico da campanha foi assistir ao ressurgir do anticomunismo na propaganda eleitoral. O antipetismo tão presente durante as manifestações pró-impeachment transformou-se num antiesquerdismo raivoso (SOLANO, 2019, p. 16).

Se chineses e venezuelanos eram novos inimigos criados pela extrema-direita em 2018, o mesmo não pode ser dito de Cuba que retorna como uma ameaça na base ideológica desses setores. Provando sua inspiração no movimento civil-militar de 1964, os fascistas em 2018 utilizam o velho inimigo cubano da seguinte forma:

Na primeira inserção televisiva do segundo turno, a propaganda eleitoral de Bolsonaro exibiu supostas conexões petistas com o Foro de São Paulo, mostrando na TV um áudio do ex-presidente Lula sobre a criação do Foro que, segundo a propaganda eleitoral, seria — um grupo político com ideologia comunista de esquerda liderado por Lula e Fidel Castro criado na América Latina ao mesmo tempo que a — Europa se libertava do marco do comunismo. Paralelamente ao vídeo, reiterava a relação petista com a Venezuela e os países bolivarianos. A velha retórica do perigo vermelho e do fantasma do comunismo (SOLANO, 2019, p. 16).

Aliado ao forte elemento político do anticomunismo, esteve presente tanto em 1964 como em 2018 a presença do conservadorismo religioso. Em 1964 ele foi visto na Marcha da Família, com Deus e pela Liberdade. Esta marcha, na verdade, foi uma série de manifestações da extrema-direita brasileira, ocorridas entre os dias 19 de março e 8 de julho de 1964. Ela conseguiu reunir vários dos elementos analisados neste trabalho, pois foi essencialmente anticomunista, religiosa e alinhada aos interesses dos EUA. Para tanto, utilizou-se de *fake news* produzidas na época como a ideia de que Jango desejava implantar o socialismo no país, combatendo todas as ações de um governo popular e progressista. Mostrando a aliança entre anticomunismo e conservadorismo religioso, aponta Moniz Bandeira sobre a marcha: “Sob o impacto do apelo religioso e da propaganda anticomunista, ativada

pela imprensa reacionária, considerável parcela das classes médias, que a inflação castigava, derivou para a direita, para engrossar a luta anti-governo” (BANDEIRA, 1983, p. 166).

Se em 1964 o conservadorismo religioso foi composto majoritariamente pela Igreja Católica, na conjuntura de 2018 os católicos ganharam a companhia numerosa e atuante de evangélicos, principalmente aqueles inseridos em igrejas neopentecostais. A força evangélica no Brasil remonta dos anos 1990 e seu crescimento repercutiu diretamente na política, tendo em vista a transformações de vários pastores e líderes religiosos em políticos. Alcançando espaços significativos como o Congresso Nacional, esses religiosos chegaram a formar a conhecida “bancada evangélica” que, inclusive, teve alguns de seus representantes em cargos oficiais durante os governos petistas. Diferente do governo Jango, as gestões petistas se aliaram e deram espaço institucional a alguns representantes desse conservadorismo religioso. Foi o caso de Marcelo Crivella, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que chegou a ocupar o cargo de Ministro da Pesca e Aquicultura no governo Dilma. Apesar dessas alianças, a bancada evangélica uniu forças e passou para a oposição ao PT quando Dilma se encontrava isolada e o seu *impeachment* era questão de tempo.

Como reação ideológica às mudanças da “nova esquerda”, o conservadorismo religioso em 2018 se alimenta do combate as minorias sociais; particularmente dos movimentos feminista e LGBT. Por defenderem publicamente a família tradicional (patriarcal e heterossexual), esses evangélicos se colocam contrários a qualquer política pública que vise a emancipação das mulheres e o reconhecimento civil da população LGBT. Também chamada de fundamentalismo religioso, esse conservadorismo pode ter suas bases ideológicas resumidas da seguinte forma:

O fundamentalismo se define pela percepção de que há uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate. Ativos na oposição ao direito ao aborto, a compreensões inclusivas da entidade familiar e a políticas de combate à homofobia, entre outros temas, os parlamentares fundamentalistas se aliam a diferentes forças conservadoras no Congresso, numa ação conjunta que fortalece a todos (MIGUEL, 2018, p. 17).

Liderados pela bancada evangélica e lideranças religiosas como Edir Macedo e Silas Malafaia, o conservadorismo religioso votou em peso em Bolsonaro no pleito de 2018. Segundo a “Pesquisa Datafolha de 25 de outubro de 2018 estimou os votos válidos para Bolsonaro por segmento religioso: 29.9% católicos, 21.7% evangélicos frente a 28.7% católicos e 9.7% evangélicos dos votos válidos que foram para Fernando Haddad. O universo evangélico se posicionou com Bolsonaro por uma ampla margem” (GALLEGO, 2019, p. 19). Este universo evangélico numeroso e atuante, está propenso a um forte sentimento anticomunista graças a uma ética religiosa específica do grupo;

denominada por teologia da prosperidade. Esse tipo de teologia, se diferenciando da clássica ética protestante apontada por Max Weber, defende o seguinte:

A teologia da prosperidade prega uma ética econômica voltada para o mundo, em que possuir e ascender são sinais de que Deus, e não o diabo, age em sua vida. Essa ascensão não se ancora especificamente na disciplina e na dedicação ao trabalho, mas em uma disposição empreendedora de quem almeja se tornar o patrão nas relações de trabalho (ALMEIDA, 2019, p. 40)

Passado o anticomunismo e o conservadorismo religioso, outro elemento une a extrema-direita nas duas conjunturas em análise: a utilização de *fake news* em sua comunicação. *Fake news*⁷, na verdade, significa nada mais nada menos que uma mentira criada e divulgada em proporções inimagináveis. Se na conjuntura dos anos 1960, tínhamos a atuação dos jornais e veículos de comunicação tradicionais, em 2018 a internet e em particular as redes sociais cumpriram esse papel de desconstruir o adversário com base em boatos mentirosos. Uma das maiores *fake news* criadas nos anos 1960, foi a Carta Brandi, veiculada inicialmente no jornal Tribuna da Imprensa, sob propriedade de Carlos Lacerda. Nesta carta o deputado argentino Antônio Brandi teria comprometido Jango ao vincular sua imagem a um suposto plano de “coordenação sindical entre Brasil e Argentina”, criando “brigadas operárias de choque” contra opositores (BANDEIRA, 1983). Esta carta, comprovadamente falsa, foi divulgada ainda durante o segundo governo Vargas (quando Jango era Ministro do Trabalho) e foi utilizada pela extrema-direita até os acontecimentos que levaram a queda de Jango em 1964. A Argentina de Juan Perón, exercendo função semelhante a atual Venezuela de Nicolás Maduro, era utilizada como ameaça e Jango era visto como líder de um levante que visava a fundação de uma “república sindicalista” no país.

No governo, Jango teve que enfrentar várias *fake news* sobre a presença de comunistas em seu ministério; atuação esta que nunca existiu. A tese da infiltração comunista no governo Jango não ficou apenas nos boatos e se concretizou na política exterior. Sobre a visita de Robert Kennedy ao Brasil, temos as seguintes informações:

Robert Kennedy referiu-se a propalada infiltração de comunistas, bem como à presença de esquerdistas e nacionalistas antiamericanos em altos escalões civis e militares do governo, nos sindicatos e nas entidades estudantis, e criticou a “omissão” de Goulart, por não se opor publicamente a atitudes antiamericanas de

⁷ Vale salientar que, apesar de reconhecer relevantes discussões sobre o fenômeno das *fake news* no âmbito da comunicação, como o trabalho de Delmazo e Valente (2018), ou no âmbito sociológico, como a pesquisa de Rodrigues, Bonone e Mielli (2020); considero *fake news* como uma mera desinformação (que já ocorria antes do advento da internet, mas através de outros meios) propagada virtualmente e com grande repercussão. Sendo assim, não é meu objetivo realizar um profundo debate da literatura especializada sobre o tema (muito por conta das limitações de um artigo), apesar de reconhecer sua existência e relevância.

alguns dos seus funcionários, que atacavam inclusive a Peace Corps (BANDEIRA, 2011, p. 116).

Se em 1964 figuras como Carlos Lacerda e os jornais impressos, como o Tribuna da Imprensa, tiveram papel fundamental na criação e popularização de *fake news*; em 2018 o palco principal foram as redes sociais. As *fake news* seguem tendências como a desconstrução do adversário e as incitações ao sentimento anticomunista como observamos nos exemplos acima, referentes a conjuntura de 1964. O mesmo pode ser visto em 2018, como podemos ver no seguinte trecho:

[...] 71% dos entrevistados concordaram com que Fábio Luís Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula, era sócio da Friboi; 56% que o Foro de São Paulo queria criar uma ditadura bolivariana no Brasil e 42% que o PT tinha trazido 50 mil haitianos para votar por Dilma Rousseff em 2014. Na mesma linha, para 64% dos entrevistados, o PT queria implantar um regime comunista no Brasil. Ou seja, a simbiose entre petismo, esquerdismo e comunismo estava sendo construída (SOLLANO, 2019, p. 13-4).

A desconstrução de Lula e Dilma se assemelham a ocorrida nos anos 1960 com relação a Jango. No mais, esta desconstrução está atrelada a fortes elementos anticomunistas como a ameaça de uma “república sindicalista” ou um “regime comunista”; ambos implantados graças a atuação de um inimigo externo. Por fim, os últimos dois elementos dialogam entre si. A extrema-direita brasileira, em 1964 e 2018, tem como elemento ideológico basilar o alinhamento aos EUA e consequente crítica a governos progressistas que, porventura, estariam se distanciando ou contrariando o país capitalista considerado como referência. Em 1964 a rivalidade entre Brasil e EUA, estava mais acirrada em comparação com a conjuntura que levou Bolsonaro ao poder em 2018. Sobre as desavenças entre os dois países na conjuntura que resultou no golpe civil-militar de 1964, tínhamos o seguinte cenário:

A tendência nacional-reformista de Goulart, pois, diferia essencialmente do populismo de Quadros e daí as crescentes dificuldades internas e externas com as quais ele se defrontou antes e depois de sua ascensão à presidência da República. A comunidade empresarial, sobretudo o setor estrangeiro, mobilizou-se, a fim de combatê-lo, e concorreu decisivamente para induzir Kennedy, por fim, a antagonizá-lo (BANDEIRA, 2011, p. 102).

Essa tendência nacional-reformista de Jango resultou numa política externa independente, em que o país buscou firmar negócios com o bloco socialista e a defesa da autodeterminação do povo cubano, colocando-se contra as pretensões dos EUA de invadir o país caribenho. Mas os choques também envolveram ações internas, como as encampações não indenizadas de empresas subsidiadas pelo capital norte-americano no Rio Grande do Sul; governado por Leonel Brizola, petebista e

cunhado de Jango. A resposta dos EUA a essas encampações foi imediata e o Congresso do país aprovou a emenda Hickenlooper, “determinando a suspensão de qualquer ajuda aos países que desapropriassem bens americanos, sem indenização imediata, adequada e efetiva” (BANDEIRA, 1983, p. 49). Neste contexto, a extrema-direita respondeu a essas contrariedades com manifestações. Quando o Brasil reatou as relações diplomáticas com a União Soviética em novembro de 1961, esses grupos foram às ruas e “Alguns manifestantes marcaram seu protesto com uma vaia ao Chanceler San Tiago Dantas, artífice do reconhecimento diplomático da URSS. Outros gritaram em coro “abaixo a Rússia”” (MOTTA, 2000, p. 291).

Quando o Brasil votou contra a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), “os jornais cariocas noticiaram a realização de um comício de protesto em frente ao Teatro Municipal, que teria reunido de 1.500 a 2.000 pessoas. As entidades promotoras do evento, onde se gritaram muitos *slogans* contra Fidel Castro e San Tiago Dantas, foram Centro Cívico do Brasil e União Feminina Anticomunista” (MOTTA, 2000, p. 293). Vale destacar que essas manifestações, essencialmente alinhadas aos interesses políticos e econômicos dos EUA, carregam forte teor anticomunista e buscam ao mesmo tempo criar uma oposição ao governo progressista em questão. Em 2018, esse alinhamento com os norte-americanos e ataque ao governo progressista em exercício, uniu bandeiras dos EUA em manifestações com a crítica ferrenha a política externa do PT que teria beneficiado “ditaduras comunistas”, como Cuba e Venezuela. No caso cubano, o porto de Mariel (construção que contou com a parceria entre os governos Dilma e Raúl Castro, tendo financiamento do BNDES e parceria do Grupo Odebrecht com a empresa cubana Quality) é bastante utilizado como exemplo deste beneficiamento. Mas o que acentuou esse alinhamento nesta conjuntura específica foi a vitória de Trump, principal inspiração internacional de Bolsonaro e de sua base⁸.

Além da crítica à política externa, unindo alinhamento aos EUA e crítica aos governos progressistas, outro importante fator agrega os dois contextos: o patrocínio e apoio norte-americano a organizações de extrema-direita, destinadas a mobilizar suas bases. Nos anos 1960 temos o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Sobre o IPES, vinculado a Escola Superior de Guerra, e seus patrocinadores advindos dos EUA temos o seguinte:

Sua influência se estendeu também aos jornais e a outros órgãos de divulgação, sustentada não apenas pelas verbas que espalhava, diretamente, como pelo interesse das agências de publicidade, manipuladoras das contas das grandes empresas

⁸ Bolsonaro parabeniza Trump e diz que “em 2018 será o Brasil no mesmo caminho”. **GHZ**, 09 de nov. de 2016. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2016/11/bolsonaro-parabeniza-trump-e-diz-que-em-2018-sera-o-brasil-no-mesmo-caminho-8216892.html>>. Acesso em: 05/04/2021.

estrangeiras. Estas contribuíram com grandes somas para a atuação do IPES. Somente a Light & Power, entre dezembro de 1961 e agosto de 1963, concorreu mensalmente para a sua caixa com a quantia de Cr\$ 4.200.000,00 num total de aproximadamente Cr\$ 7.318.178,20 distribuídos pela empresa a diversas entidades de cultura e de beneficência [...] Como a participação do IPES na conta de donativos da Brazilian Traction Light & Power se fixou na quantia de Cr\$ 200.000,00 pode-se calcular que até 31 de março de 1964 aquela instituição arrecadou mais Cr\$ 1.400.000,00 (BANDEIRA, 1983, p. 67).

Já o IBAD, também patrocinado com dinheiro norte-americano, financiou várias candidaturas nas eleições de 1962 comprometidas em assumir “o compromisso ideológico de defender o capital estrangeiro e condenar a reforma agrária, bem como a política externa independente do Governo brasileiro” (BANDEIRA, 1983, p. 68). Ou seja, sua finalidade era construir uma base parlamentar de extrema-direita que, apoiados pela base nas ruas, buscasse o alinhamento aos EUA (através da defesa do capital estrangeiro e crítica à política externa do governo em exercício) e crítica ao governo progressista (através da condenação da reforma agrária, uma das principais bandeiras do governo Jango). Na época chegou a ser montada uma CPI, “comprovando que o dinheiro distribuído pelo IBAD procedia do estrangeiro, remetido para o Brasil através do Royal Bank of Canada, Bank of Boston e First National City Bank” (BANDEIRA, 1983, p. 71). Processo semelhante foi visto nas organizações de extrema-direita que contribuíram para a subida de Bolsonaro ao poder em 2018.

Através da utilização das redes sociais, principal veículo de comunicação do século XXI, empresas norte-americanas investiram em organizações e influenciadores comprometidos com os ideais liberais e autoritários que provinham dos EUA. Entre esses influenciadores, estavam Kim Kataguirí e Rodrigo Constatino. Essa relação pode ser vista, por exemplo, durante o 28º Fórum da Liberdade em que esteve presente Alejandro Chafuen, “presidente da Atlas Network, uma rede financiada por empresários norte-americanos e que é um dos maiores doadores do Students for Liberty, cujo congênere brasileiro, Estudantes pela Liberdade, é a matriz do Movimento Brasil Livre (MBL), que estava representado naquela edição do Fórum por Kim Kataguirí” (CARDOSO, 2019, p. 83). Ainda sobre esse financiamento: “Kim Kataguirí recebeu treinamento no EPL [...] Esse tipo de treinamento é padrão entre os membros do EPL. Em 2015 o orçamento do grupo chegou a R\$ 300.000 mil, sendo a Atlas e o Students for Liberty os principais doadores” (CARDOSO, 2019, p. 84).

A principal mudança nesse tipo de financiamento foi o público-alvo. Se na década de 1960, buscou-se um patrocínio a organizações que tivessem íntima relação com setores influentes das Forças Armadas, como o ILPES do general Golbery do Couto e Silva, em 2018 foi visto um financiamento a influenciadores virtuais com forte orientação liberal. Essa orientação liberal de

conteúdo radical, pautando o Estado Mínimo que os militares em 1964 não puseram em prática, tem influência direta dos EUA e pode ser considerada uma inovação de setores da extrema-direita brasileira como aponta Luis Felipe Miguel (2018); utilizando o conceito de “libertarianismo” para designar esses novos atores políticos. Esse libertarianismo é anticomunista, vinculado ao conservadorismo religioso e se diferencia da extrema-direita dos anos 1960 por apresentar uma perspectiva econômica mais radical; sob orientação da chamada “escola austríaca de economia” que não repercutiu no Brasil em 1964.

Em suma, os elementos apontados neste trabalho demonstram mais uma velha direita com roupagem nova do que necessariamente a formação de uma “nova direita”. Apesar de reconhecer algumas mudanças, relativas a diferentes conjunturas e fases do capitalismo, as bases ideológicas permaneceram as mesmas. Tais análises levam a conclusão de que o uso do termo “nova direita”, não se sustenta frente uma análise acurada dos elementos ideológicos da extrema-direita brasileira em dois contextos diferentes. Logo,

Usar esse qualificativo cumpre sem dúvida a função pragmática de despertar a atenção dos leitores para o fenômeno que se quer explicar. O pesquisador, talvez inadvertidamente, se põe na posição do sábio que conhece a história do país a ponto de falar de uma posição talvez inatingível pelos que não dominam a matéria, para afirmar a novidade do fenômeno sendo escrutinado. Mas muitas vezes o novo é simplesmente uma construção do analista menos ou mais bem informado sobre nossas tradições (CARDOSO, 2019, p. 80).

Melhor do que a utilização do conceito de “nova direita” é o estudo das consequências do subdesenvolvimento e da dependência na América Latina e, conseqüentemente, no Brasil. Por serem aqui consideradas duas expressões do fascismo dependente, a extrema-direita de 1964 e a de 2018 fazem parte de um ciclo em que o capitalismo em crise necessita recrudescer para manter sua hegemonia. Nos dois casos em análise, o fascismo dependente ganhou força ao buscar combater uma revolução dentro da ordem, desencadeada em maior ou menor grau por Jango e as gestões petistas. O nacional-reformismo do governo Jango e o neodesenvolvimentismo dos governos petistas, ao se mostrarem limitados em romper com o capitalismo, buscaram desenvolver um tipo autônomo deste sistema. Na busca por essa autonomia, a extrema-direita fascista se desenvolveu como uma resposta autoritária e reacionária a ações que levassem a uma maior democratização do país. Sendo assim e no lugar de uma “nova direita”, observamos uma velha direita que com uma nova roupagem utiliza de bases ideológicas semelhantes visando a mesma finalidade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões contidas neste trabalho buscaram instigar um debate sobre a existência ou não de uma “nova direita” no Brasil. As análises realizadas acima apontam para inovações residuais da extrema-direita brasileira, porém, com a manutenção de uma sólida base ideológica representada através dos seguintes elementos: a) o anticomunismo; b) o conservadorismo religioso; c) as *fake news*; d) o alinhamento aos EUA; e) a crítica a governos de cunho popular e progressista. Todos esses elementos ideológicos estão contidos, conjuntamente, nas conjunturas que levaram ao golpe civil-militar de 1964 e a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018. Ou seja, muda-se a conjuntura, mas uma sólida base ideológica e prática política se manteve. Velhas representações são mantidas e dessa forma é confirmada a ideia de que temos hoje velhas concepções com novas vestimentas. A proposta teórica de questionar a existência de uma “nova direita”, bastante diferente daquela do passado, é confirmada e alicerçada diante das semelhanças enumeradas e discutidas acima.

Vale lembrar que, apesar de não vivermos sob uma ditadura pós-2018, o movimento de apoio a Bolsonaro assim como seu governo é em essência uma expressão contemporânea do fascismo dependente. Isso porque é possível a construção de um governo fascista, sem a sua passagem para uma ditadura fascista (BOITO JR, 2020). Em suma, vivemos sob um governo fascista que chegou ao poder apoiado por um movimento fascista e que se inspira numa Ditadura Militar também fascista. Porém, esse fascismo é particular e por isso cunhado neste trabalho de fascismo dependente, sem uma ligação direta e mecânica com o modelo clássico europeu.

Desta forma, a inspiração do bolsonarismo ao movimento golpista de 1964 é outro relevante ponto de continuidade ideológica da extrema-direita brasileira, evidenciando sua não inovação. E quando esta inovação existiu, foi mais uma reação às ideias de uma “nova esquerda” que uma construção de um projeto societário e de poder novo. Ademais, o retorno desses atores políticos ao poder, demonstra mais sobre a permanência das contradições engendradas pelo capitalismo dependente do que a formação de uma “nova direita” rejuvenescida política e intelectualmente. Dentro dessas contradições, está a limitação da perspectiva reformista que, seja através do nacional-reformismo ou neodesenvolvimentismo, não conseguiu superar a dependência mantendo uma estrutura política, econômica, social e cultural que tende a manter vivo o fascismo dependente como uma solução radical contrária a revoluções dentro da ordem.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. Deus acima de todos. In. *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.
- BANDEIRA, M. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- BANDEIRA, M. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- BAMBIRRA, V. *O capitalismo dependente latino-americano*. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2019.
- BARROS, J. D. A. História Comparada – da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. *História Social*, [S.l.], n. 13, p. 7-21, 2007.
- BARROS, J. D. A. A revisão bibliográfica – uma dimensão fundamental para o planejamento da pesquisa. *Instrumento*, v. 11, n. 2, p. 103-111, jul./dez. 2009.
- BARROS, J. D. A. *História Comparada*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BOITO JR, A. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascista. *Crítica Marxista*, n. 50, p. 111-119, 2020.
- CARDOSO, A. *À beira do abismo: uma sociologia política do bolsonarismo*. Rio de Janeiro: Amazon, 2020.
- CASTELLS, M. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CHAIM, A. R. M. *A Bola e o Chumbo: futebol e política nos anos de chumbo da Ditadura Militar Brasileira*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.
- DELMAZO, C.; VALENTE, J. C. L. Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. *Media & Jornalismo*, [S.l.], v. 18, n. 32, p. 155-169, 2018.
- FERNANDES, F. *Poder e contrapoder na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- GIORDANI, M. C. *História da Antiguidade Oriental*. Vozes: Petrópolis, 1977.
- HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança social*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HELAL, R.; GORDON, C. A crise do futebol brasileiro: perspectivas para o século XXI. *ECO-PÓS*, v. 5, n. 1, p. 37-55, p. 2002.
- KONDER, L. *Introdução ao fascismo*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- LUCE, M. S. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. In. Solano, Esther. *O ódio como política*. São Paulo, 2018.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

RODRIGUES, T. M.; BONONE, L.; MIELLI, R. Desinformação e crise da democracia no Brasil: é possível regular as fake news?. *Confluência*, v. 22, n. 3, p. 30-52, dez. 2020.

SANTOS, T. dos. *Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência*. Florianópolis: Insular, 2018.

SOLANO, E. A Bolsonarização do Brasil. *Documentos de Trabajo IELAT*, Versión Digital, ISSN: 1989-8819, n. 121, Abril 2019.

WASSERMAN, C. *A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.